

Dívida une governadores e Ulysses contra Governo

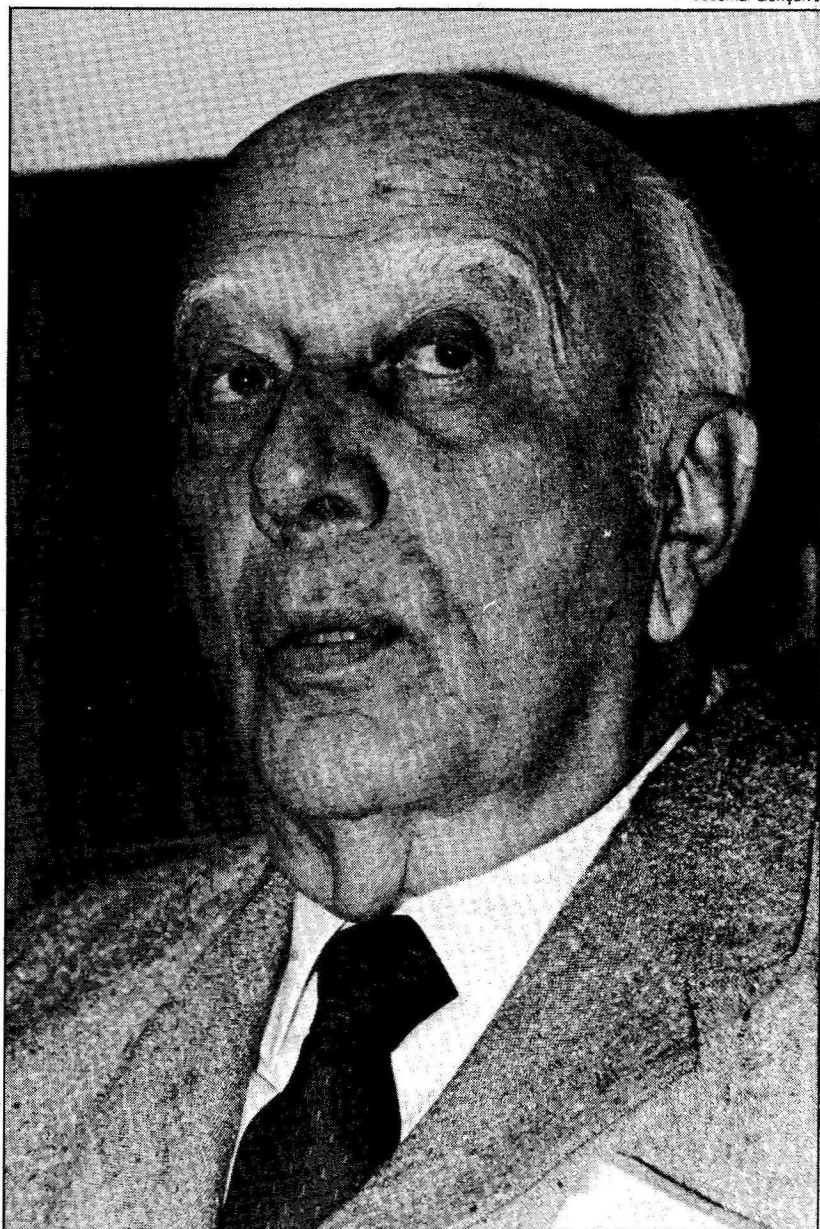
Num mal disfarçado clima de confronto com o Palácio do Planalto, o presidente do PMDB e virtual candidato do partido à Presidência da República, Ulysses Guimarães, reúne-se hoje à tarde com os governadores peemedebistas para discutir fórmulas capazes de reduzir o impacto da rolagem da dívida dos Estados nos Tesouros estaduais.

O Governo Federal pretende exigir dos Estados o pagamento, no próximo ano, de 25% do estoque da dívida de cada um deles (principal e juros), o que determinaria uma situação de insolvência e de paralisação da máquina administrativa. Por mais graves que sejam as projeções financeiras, administrativas e sociais desse índice de 25%, elas não são suficientes para explicar o interesse de Ulysses e dos governadores em encontrar fórmulas mais brandas para a rolagem da dívida.

O vice-líder peemedebista Genebaldo Correia não escondeu ontem o temor das conseqüências do pagamento da dívida sobre a candidatura de Ulysses à Presidência. A seu ver, a destinação de 25% das receitas dos Estados deixaria os Tesouros estaduais sem condições sequer de pagar o funcionalismo e criaria uma situação de caos administrativo, agravando o descontentamento popular. Num quadro dramático como este seriam inevitáveis as repercussões negativas sobre Ulysses, tendo em vista que, dos 23 Estados brasileiros, 21 são governados por peemedebistas.

Genebaldo afirmou que na reunião não deverá surgir nenhuma manifestação de desagravo a Ulysses, mas esta é uma hipótese viável diante do inconformismo dos governadores em face da ameaça que paira sobre os seus Estados. Uma das interpretações que circulam entre os peemedebistas indica que o Governo Federal decidiu endurecer na questão da dívida dos Estados em razão do apoio dado por quase todos os governadores do Partido à candidatura de Ulysses.

Sintomaticamente, um dos ausentes à reunião de hoje será Álvaro Dias, do Paraná, o único gover-



Josemar Gonçalves

Para Ulysses, "quebra" dos Estados prejudica sua candidatura

nador de um Estado importante a se esquivar do endosso à candidatura de Ulysses e que permanece fiel a Sarney. Outro ausente será o governador do Rio, Moreira Franco, que está na Europa.

Ainda no contexto político em que se realiza o encontro de hoje,

cabe lembrar a reação desfechada no início da semana, pelo Palácio do Planalto, contra a antecipação do debate sucessório, caracterizada, pelo porta-voz Carlos Henrique, no roteiro de viagens que Ulysses vem cumprindo nos Estados.

Estados proporão pagar só 10%

Além dos governadores, participarão da reunião de hoje, com Ulysses, os líderes do PMDB no Senado e na Câmara, Ronan Tito e Ibsen Pinheiro, e o presidente da Comissão de Orçamento, o peemedebista Cid Carvalho, que antes terá um encontro com o presidente do partido na residência da Península dos Ministros.

Uma das propostas a serem discutidas na reunião é a fixação do pagamento em apenas 10% do estoque da dívida, percentual que para alguns Estados também será muito oneroso. O governador de São

Paulo, Orestes Quércia, chegou a propor a atribuição aos Estados das mesmas condições que o Brasil conseguiu junto aos credores internacionais para o pagamento da dívida externa (pagamento dos juros e serviços), mas no Ministério do Planejamento há técnicos que consideram essa solução mais drástica do que os 25%, porque em alguns Estados a base de cálculo para os juros é muito alta.

Qualquer alteração nessa questão da dívida terá de ser feita mediante mudança no Orçamento da União para 1989, uma vez que a

proposta orçamentária que se encontra no Congresso já que o pagamento será de 25%. O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, em reunião com os secretários da Fazenda, terça-feira passada, procurou demonstrar a gravidade da decisão que o Legislativo tomará a respeito.

O secretário da Fazenda de São Paulo, José Machado Campos Filho, reagiu à manifestação do ministro, prevendo um confronto dos Estados com o Governo Federal e que os Estados "...

Área econômica recebe pressões

O ministro Maílson da Nóbrega, da Fazenda, disse ontem que tem recebido pressões de todos os lados, por parte dos governadores de Estado, com vistas a reduzir a obrigatoriedade de pagamentos de suas dívidas externas, roladas com aval do Tesouro Nacional nos últimos cinco anos. A determinação da União é de que os Estados paguem, em 1989, o equivalente a 25% de suas dívidas, mas os Estados estão pleiteando o pagamento de apenas 10%.

Por conta disso, os ministros da área econômica têm sido alvos preferidos de críticas. Mas o ministro da Fazenda evita revidá-las, por entender que as críticas "são próprias do sistema democrático". Admite, contudo, que "a coisa está sendo colocada de forma distorcida. Não se trata de a União exigir dos Estados, mas de a União pagar menos do que vinha pagando pelos Estados e Municípios na rolagem de suas dívidas".

Maílson disse — quando questionado sobre as críticas do governador de São Paulo, Orestes Quércia, quanto à renegociação da dívida externa brasileira — que, "o governador Quércia me ataca a cada dois dias para ver se muda o noticiário". Mas afirmou que se não fosse a regularização das relações brasileiras com a comunidade financeira — e o Fundo Monetário Internacional — FMI, especificamente —, o Estado de São Paulo "não teria, agora, os recursos do Banco Mundial".

Paraná ameaça pedir moratória

Curitiba — O Paraná não tem condições de pagar 25% da dívida interna e externa no próximo ano, pois isto representaria duas vezes mais do que o Estado vai receber de acréscimo de receita com as transferências garantidas pela nova Constituição. A informação foi dada ontem pelo governador Álvaro Dias, que participou da solenidade de instalação da Constituinte estadual no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná.

O governador garantiu que, se o Governo Federal e o Congresso mantiverem a decisão de cobrar este percentual da dívida total, a solução será a declaração de moratória. Álvaro Dias disse que o Paraná aceita manter o mesmo critério de rolagem da dívida estabelecido este ano: pagamento de 25% da dívida vencida e rolagem de 75%.

"Até setembro deste ano o Paraná pagou Cz\$ 22,7 milhões, representando um esforço imenso do Tesouro do Estado, que alocou para o pagamento da dívida mais do que aplicamos de recursos de novos financiamentos em obras durante o ano. Não temos possibilidade de aumentar este percentual em 89 sob pena de quebrar o Estado", afirmou o governador.